



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

27 de novembro de 2019

Ata da Centésima Trigésima Nona Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e sete do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Delegado Rérisson, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivan Vaqueiro, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos e Ivory de Lira. Estavam



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

ausentes os Senhores Deputados Olytho Neto, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 407/2019, de autoria do Senhor Deputado Delegado Rérisson, que “cria o Parlamento Jovem Tocantinense, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 408/2019, de autoria do Senhor Deputado Olytho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jair Messias Bolsonaro”; Projeto de Lei número 409/2019, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “estabelece a obrigatoriedade da realização de teste de Hepatite C, em conjunto com o exame de Hemograma, para detecção prévia das doenças que especifica”; Proposta de Emenda Constitucional número 7/2019, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes e Outros que, “altera o artigo 81 da Constituição Estadual para tornar obrigatória a execução orçamentária que especifica”; e Ofício número 780/2019, oriundo do Gabinete da Senadora Kátia Abreu, informando sobre a suspensão de cobranças de taxas de cadastro e float bancário em operações com FNO no Banco da Amazônia – Basa. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

números 411/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 412/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 413/2019, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; 414 e 415/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Proposta de Emenda Constitucional que recebeu o número 8/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e Outros; e os Requerimentos que receberam os números 2.101 a 2.116. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 411/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 412/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números 2.115 e 2.116, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato; e 2.102, 2.103, 2.104, 2.105, 2.106, 2.107, 2.108, 2.109, 2.110, 2.111 e 2.112, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião das Comissões, reabrindo-a às dezoito horas e trinta e dois minutos. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 19/2019, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “concede Título



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de Cidadão Tocantinense ao empresário Joseph Madeira”, que deu origem ao Processo número 120/2019; 80/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o mês de combate à violência contra a pessoa idosa, denominado, “Junho Violeta/Prata”, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 72/2019; 227/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira”, que deu origem ao Processo número 271/20019; 229/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Benedito Pimenta da Silva Neto, Radialista Compadre Pimenta”, que deu origem ao Processo número 307/2019; 39/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “garante prioridade de encaminhamento a vaga de emprego e de cursos profissionalizantes às mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar, da forma que especifica”, que deu origem ao Processo número 247/2019; 230/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Solano Donato Carnot Damacena”, que deu origem ao Processo número 308/2019; 272/2019, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Emídio Ferreira, de Guaraí-TO”, que deu origem ao



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Processo número 327/2019; 290/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Tocantinense- AETO”, que deu origem ao Processo 339/2019; 293/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Agroextrativistas Rurais de Sítio Novo do Tocantins – Aparsnt”, que deu origem ao Processo número 342/2019; 305/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui o Dia do Procurador do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 362/2019; e 3/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “altera a Lei número 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais, regulamenta o fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil)”, que deu origem ao Processo número 336/2019; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.073, 2.049, 2.078, 2.079, 2.080, 2.077, 2.027, 2.036, 2.076, 2.019, 2.029, 2.056, 2.058, 2.074, 2.075, 2.051, 2.081, 2.082, 2.083, 2.084, 1.989, 1.997, 2.024, 2.025, 2.003, 1.983, 2.006, 2.007, 1.979, 1.987, 1.988, 1.975, 1.976,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

1.977, 1.978, 1.990, 1.991, 1.974 e 1.996, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinquenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário